

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

2005



Aos Acionistas

Apresentamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da CONCEPA, referente ao exercício de 2005, elaborados de acordo com os dispositivos da lei das Sociedades por Ações e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Apresentação

A Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. (Concepa) foi constituída em 06 de Janeiro de 1997 pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. - TPI e pela SBS Engenharia e Construções. O contrato de concessão, que abrange o trecho da BR 290 entre Osório e Eldorado do Sul, foi assinado com o Governo Federal em 04 de Março do mesmo ano.

A BR-290, neste trecho concedido, liga a BR-101 com a BR-116, sendo importante rodovia no plano nacional de viação, interligando a região Sul do país com as demais regiões, e também com vários países da América do Sul.

A arrecadação da tarifa de pedágio, que passou a ser cobrada no mês de outubro de 1997, garante à CONCEPA a manutenção de um programa de investimentos para recuperação definitiva das estruturas existentes e para a ampliação e modernização da rodovia. Além disso, gera recursos para a prestação de assistência ao usuário.

O Programa de Qualidade da CONCEPA, baseado na norma ISO 9001, continua em vigor e sua certificação foi renovada pelo BVQi no final do ano de 2005, sendo todo o programa adequado à Norma ISO 9001-2000. Os serviços que se enquadram na Norma ISO 9001-2000 são: administração da concessão e de obras na rodovia, logística de tráfego, serviços de arrecadação de pedágio, engenharia de segurança do trabalho, assistência médica emergencial, serviço de resgate mecânico e outros serviços associados.

No caso da CONCEPA o Valor Presente Líquido descontado a 12% aa é de R\$ 130 milhões e a Taxa Interna de Retorno é de 23,99%, calculada sobre o capital dos acionistas.

Receitas de Pedágio

A arrecadação de pedágio é feita em três praças: nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Eldorado do Sul, a cobrança é unidirecional e em Gravataí a cobrança é bidirecional. São utilizadas as modalidades manual e automática, com o uso de cartões recarregáveis de pedágio.

As três praças de pedágio são interligadas em tempo real à administração da concessionária, via fibra ótica e rádio, garantindo a eficiência na fiscalização e consolidação dos dados da arrecadação.

As tarifas de pedágio cobradas pela CONCEPA são definidas pelo Governo Federal. No período de 1 de janeiro de 2005 a 25 de Outubro de 2005, para veículos de passeio, os valores eram de R\$ 4,80 nas praças de Santo Antônio da Patrulha e Eldorado do Sul e R\$ 2,40 na praça de Gravataí. A partir de 26 de Outubro de 2005, após o reajuste contratual anual, as tarifas que passaram a vigorar foram de R\$ 5,50 e R\$ 2,80, respectivamente.

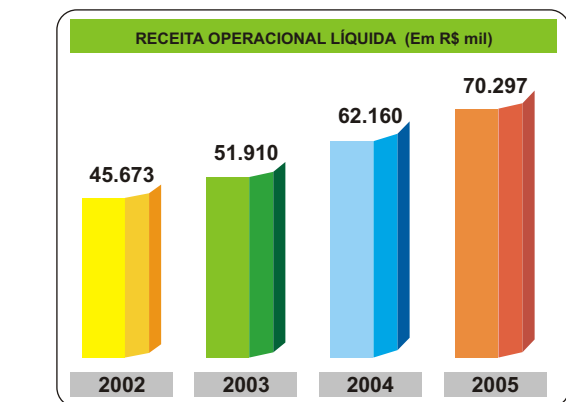
Em 2005, passaram 14,4 milhões de veículos nas três praças de pedágio, este volume de veículos pedagiados foi 1,06% inferior aos 14,5 milhões registrados em 2004.

| ANOS | TRÁFEGO (Veic. Passantes) | RECEITA OPERACIONAL BRUTA (Em R\$ mil) |
|------|------------------------------|---|
| 2002 | 14.396.395 | 50.125 |
| 2003 | 14.212.721 | 56.979 |
| 2004 | 14.566.150 | 70.325 |
| 2005 | 14.411.683 | 76.919 |

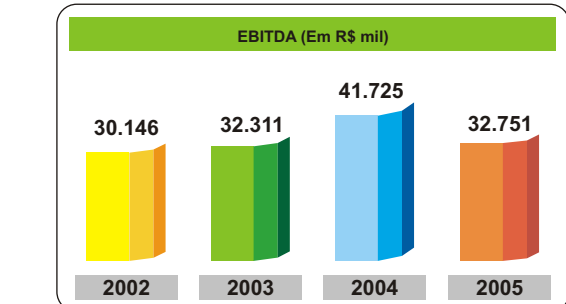
A Receita Operacional Bruta no ano de 2005 foi de R\$ 76,9 milhões, representando um crescimento de 9,38% em relação à receita de 2004, que foi de R\$ 70,3 milhões.

Desempenho da Companhia no Exercício

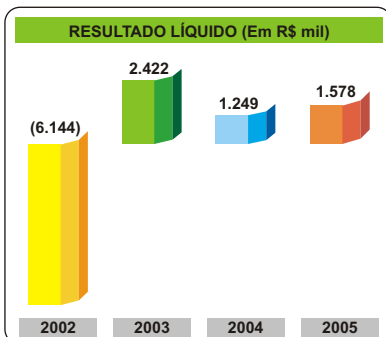
A receita operacional líquida da Concepa no ano de 2005 foi de R\$ 70,3 milhões, representando um crescimento de 13,09% em relação à receita de 2004, que foi de R\$ 62,2 milhões. Em relação à receita de 2003, que foi R\$ 51,9 milhões, houve um crescimento de 35,42%.



O resultado medido pela EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) no período de 2005 foi de R\$ 32,8 milhões, representando um decréscimo de 21,50% em relação à EBITDA de 2004, que foi de R\$ 41,7 milhões.



Foi apurado no exercício de 2005 um lucro contábil de R\$ 1,6 milhões, principalmente devido a decréscimo das despesas financeiras.



Investimentos

As obras de ampliação da rodovia entre Porto Alegre e Osório tiveram continuidade no ano de 2005. Em 1999, foi finalizado o primeiro lote de 10 quilômetros no perímetro urbano de Porto Alegre, ficando a rodovia com sua configuração definitiva: três faixas de rolamento de 3,75 metros de largura, acostamento interno com 2 metros e acostamento externo com 3 metros. Nesta etapa, realizada no trecho de maior tráfego da região metropolitana da capital, foram investidos R\$ 15 milhões. No ano de 2000, as obras de ampliação prosseguiram no trecho entre Santo Antônio da Patrulha e Gravataí, pista sentido interior - capital, com investimentos de R\$ 9 milhões em terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, pontes e elementos de segurança, tais como defensas e tachas refletivas. Em 2001, com investimento de R\$ 13,8 milhões, as obras continuaram no trecho entre Santo Antônio da Patrulha e Gravataí, sentido Litoral - Porto Alegre, sendo que um trecho não contínuo de 17 quilômetros foi entregue aos clientes da CONCEPA. Em 2002 o trecho entre os quilômetros 19 e 62, sentido Osório - Porto Alegre foi entregue com sua configuração definitiva, três faixas de rolamento e acostamentos interno e externo, sendo investidos R\$ 3 milhões na ampliação da rodovia. Em 2003, dando prosseguimento às obras de ampliação no trecho Osório - Porto Alegre foram concluídas etapas de drenagem, terraplenagem e pavimentação, no trecho entre os quilômetros 0 e 19, sentido interior capital. Em 2003 foram investidos R\$ 15 milhões nestas obras de ampliação da capacidade de tráfego. Em 2004, com investimento de R\$ 14 milhões, foi concluída a ampliação da rodovia no sentido Osório - Gravataí. Em 2005, deu-se seqüência às obras de ampliação no trecho Osório - Porto Alegre, concluindo os serviços de terraplenagem, drenagem e pavimentação entre os quilômetros 72 (Gravataí) e 86 (Trevó Av. Assis Brasil), sentido interior - capital. Também foram concluídas em 2005 as seguintes obras: agulha de entrada à BR 290 no km 94, agulha de saída da BR 290 no km 96 e rótula na Av. João Moreira Maciel. Além destas, foram retomadas as obras na Av. Voluntários da Pátria e as Ruas Laterais em Eldorado do Sul, dando ênfase aos serviços de terraplenagem, drenagem e pavimentação. Adicionam-se, no ano de 2005, os serviços de terraplenagem, drenagem e pavimentação na obra de ampliação da rodovia no sentido Porto Alegre - Litoral, no trecho compreendido entre os quilômetros 19 e 39 da rodovia BR 290. Foram investidos R\$ 31,1 milhões em obras no decorrer de 2005.

Deu-se seqüência, em 2005, à recuperação estrutural do pavimento, com investimentos de R\$ 31,3 milhões. Em 2004, a recuperação estrutural do pavimento teve investimentos de R\$ 4 milhões. Já em 2002, foram investidos R\$ 10 milhões, e em 2003 foram investidos R\$ 2,7 milhões.

Captação de Recursos

Os recursos aplicados na concessão são oriundos de receitas de pedágio, aportes de capital dos acionistas e financiamentos de curto e longo prazos obtidos junto a instituições financeiras e fornecedores.

A companhia emitiu a 1ª Emissão de série única, 78.000 debêntures públicas nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 1º de Junho de 1998, três anos de carência e sete anos de amortização do principal, sendo a última parcela a ser liquidada em Julho de 2007. As debêntures recebem uma remuneração variável mensal equivalente a 3% da Receita Operacional Mensal Bruta e uma remuneração fixa com taxa de 14% ao ano sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação.

A 2ª Emissão de série única, 20.000 debêntures públicas nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 1º de Abril de 2004, cinco anos de carência e dois anos de amortização do principal, sendo a última parcela liquidada em Abril de 2009. As debêntures recebem uma remuneração fixa com taxa de 10,5% ao ano sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação.

O Comitê Executivo da Classificação de Riscos da empresa Austin Rating atribuiu a nota "A" para a 1ª e 2ª Emissão de Debêntures. Para a empresa SR Rating atribuiu a nota "BB-" para a 2ª Emissão de Debêntures, classificando-a como "enquadrável como baixo risco de crédito" nos termos da resolução no 3.121 do Conselho Monetário Nacional e da Circular n° 2.958 do Banco Central do Brasil.

Serviço ao Cliente

O ano de 2005 representou grandes avanços na estrutura de atendimento e serviços ao cliente, em um contexto que já era amplamente voltado ao usuário do trecho concedido. Já em fevereiro, foi inaugurado o Serviço de Informações ao Usuário, destinado exclusivamente a fornecer informações da rodovia e serviços aos clientes. Através do número do SOS, 3029-2000, o cliente se depara com a opção "1 para emergências", "2 para informações".

O exclusivo atendimento de informações, separado do atendimento de emergências, dá ao atendente mais flexibilidade para fornecer informações, ao mesmo tempo em que faz uma triagem, chegando aos operadores do CCO, de fato, apenas os chamados de socorro.

O serviço de emergência SOS Free Way realizou, em 2005, 25.245 atendimentos mecânicos, com uma equipe de 66 operadores de veículos de inspeção de tráfego e guincho. Já o serviço de atendimento médico teve 3.823 ocorrências e 1.840 vítimas atendidas, com uma equipe de 80 pessoas incluindo médicos e resgatistas que operam UTIs móveis e carros resgates.

Outro importante passo que a Concepa deu em termos de prestação de serviços ao cliente foi efetivado pela parceria firmada com a RBS TV, principal emissora de tevê do Estado e afiliada da Rede Globo de Televisão. Através de um link direto do Centro de Controle de Operações da Concepa, a RBS TV tem condições de mostrar, ao vivo, para milhões de telespectadores, imagens da estrada, exclusivas, obtidas das câmeras de monitoramento da concessionária. Além de ser uma informação de grande valia ao usuário da rodovia, que define ali o seu trajeto, a citação da Concepa sempre, em horário nobre, através da televisão, reforça a imagem de organização moderna, sempre na vanguarda em novos serviços e tecnologias que melhoram ainda mais o atendimento ao cliente.

A Concepa também sofisticou, em 2005, seus pontos de parada na rodovia, adequando-os às novas necessidades dos usuários. A Casa Free Way de Gravataí foi transformada na Casa de Lazer Áqualokos Free Way, em parceria com o Parque Áqualokos. Desta forma, repassando ao parceiro a administração daquele espaço, a Concepa garantiu inovação e ainda mais conforto, agora também voltado às crianças, com brinquedos e atrações divertidas.

Já em Santo Antônio da Patrulha, a Loja de Conveniências também passou a novo

administrador. O local agora é chamado Boulevard Free Way e recebeu diversas modificações. Os lanches passaram a ser mais elaborados, com opções mais variadas. O ambiente foi todo reformado, interna e externamente, com serviços diferenciados. O novo parceiro, empresa Mule Bule, também administra a Casa Free Way, na pista oposta.

Em termos de eventos, a Concepa conseguiu, em 2005, realizar promoções pontuais, mas que repercutiram de forma bastante positiva, agregando novos parceiros e valor nas ações realizadas. Já no Carnaval 2005, mais de 60 mil preservativos foram distribuídos na Campanha de Prevenção a AIDS/DST que mobilizou tanto os usuários quanto os colaboradores da empresa, pois foi uma campanha voltada, também, para público interno, integrada com a CIPA.

Em agosto, a Comunicação, em parceria com o Setor de Segurança, organizou o Seminário Plano de Emergência para Atendimento a Acidentes com Múltiplas Vítimas e Produtos Perigosos. Tal evento reuniu representantes de mais de 30 diferentes empresas, especialmente dos ramos de transporte e logística, que vieram conhecer a experiência da Concepa e as ações que a concessionária tem planejadas para casos de acidentes de grande monta e com essas características. O Seminário foi baseado na simulação, realizada semanas antes, e que teve grande repercussão na imprensa. Apesar de tratar de um assunto bastante específico, são ações como essa que solidificam a imagem da Concepa como empresa séria e comprometida com a segurança dos seus clientes.

Em setembro, tivemos a realização da Semana do Trânsito 2005, com a participação dos parceiros: DPaschoal, Hoff Recuperadora e Coca-Cola. Foram diversos eventos, do qual participaram aproximadamente 10 mil pessoas. Tivemos ampla colaboração dos funcionários durante a Semana, através de distribuição de folheteria, participação no curso de mecânica básica e ação voluntária educativa em diversos pontos da rodovia. Na programação da Semana do Trânsito estavam incluídas ações de revisão específicas para carros de passeio e para caminhões, além de duas edições do Café na Passarela, que atenderam centenas de crianças de escolas e comunidades da região.

Também no mês de setembro, a Concepa participou do 5º Congresso Brasileiro de Concessionárias de Rodovias (CBCR), no Rio de Janeiro. Neste ano o espaço "Mostra Social", na feira Brasvias, foi o mote para mostrarmos a programação da Radiovia Free Way FM 88,3, que permanece a única radioestrada do país, agora com quase três anos de programação ininterrupta no ar. A ideia principal foi de oferecer uma "degustação" do que a Radiovia produz para os usuários do trecho concedido. Para isso, foi montado equipamento de áudio através do qual os participantes do CBCR puderam ouvir três faixas de reportagens e dicas. O espaço foi bastante visitado e foram distribuídos 150 CD's de demonstração aos interessados.

Como evento especial, ressaltamos o ato de incorporação do trecho de 8,7 km da BR 116 à administração da Concepa. Contando com a participação do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, do Governador do Estado, Germano Rigotto, do Diretor Geral da ANTT, José Alexandre Resende e de diversas autoridades, a incorporação foi oficializada em evento no dia 25 de outubro de 2005. Este novo trecho, agregado aos 112,3 km que a Concepa já possuía, surge como oportunidade de consolidar a imagem da empresa junto ao público daquela região do Estado, mais especificamente à comunidade de Guaíba, que receberá importantes obras para o desenvolvimento do município.

Em 2005, foi dada continuidade ao projeto Conselho de Clientes, com realização de mais uma turma de usuários/conselheiros, que conheceram de perto a concessão e o trabalho da Concepa, servindo, posteriormente, como difusores do trabalho realizado pela concessionária.

O site da Concepa, que chega a receber milhares de visitas em um único dia de verão e por isso tem importância significativa na comunicação com os usuários, foi totalmente reformulado em 2005, ganhando novo visual, ferramentas mais modernas e novas possibilidades de interação entre cliente e concessionária. Nesta perspectiva, também foi criado um informativo eletrônico - a newsletter da Concepa - que é remetida a milhares de clientes cadastrados e que traz sempre as últimas e mais importantes informações com relação às condições da estrada, obras, serviços e notas institucionais. Durante a baixa temporada, a newsletter tem periodicidade quinzenal, passando a semanal durante o verão.

Durante 2005, foram realizados diversos eventos e projetos voltados ao público interno, que acabam refletindo na satisfação dos colaboradores e, posteriormente, no atendimento ao usuário. Apoiamos a realização da Semana da Qualidade, da Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho e ainda criamos momentos especiais, como o concurso "Pinte o Rodoberto", voltado para as famílias dos colaboradores. Além disso, realizamos ações especiais de valorização para Dia do Trabalhador, Páscoa, Natal e Ano Novo.

Em março de 2005, e pelo quarto ano, a empresa foi a concessionária mais lembrada pelos gaúchos, de acordo com a Revista Amanhã, que anualmente promove a pesquisa Top Of Mind. Tal reconhecimento mostra a percepção da comunidade gaúcha ao trabalho que a Concepa realiza há mais de oito anos.

Estação Verão

Em continuidade ao Projeto Estação Verão Free Way, iniciado em dezembro de 2004, a Concepa ampliou, em janeiro e fevereiro de 2005, o efetivo de colaboradores e as estruturas operacionais para melhor atender ao cliente. Já em dezembro de 2005, a nova temporada de verão mais uma vez contou com o Verão Free Way e a parceria da Vonpar Coca-Cola para deixar a rodovia ainda mais alegre.

Proteção ao Meio-ambiente

Em 2005 foram realizados tratamentos culturais, como combate a formigas, adubação e coroamento nas mudas existentes no canteiro central e faixa de domínio, entre os quilômetros 0 e 96, plantadas de acordo com o projeto de compensação florestal. As 19.550 mudas plantadas em Eldorado do Sul, ao longo do ano de 2002 e 2003, também receberam os cuidados necessários ao seu desenvolvimento.

Foi realizado o plantio de 250 mudas de espécies nativas, nos acessos da Free Way para a Av. Portuária. Além do plantio de mudas, foi realizado enleivamento em uma área de 29.705 m² ao longo da rodovia.

O investimento em meio-ambiente, com licenças, consultorias e fornecedores foi de R\$ 52 mil. Além deste valor, o montante de R\$ 625 mil foi aplicado, pela CONCEPA, na Unidade de Conservação da Reserva Biológica da Serra Geral. Destacam-se também os serviços de conservação, em especial a limpeza de valas laterais de drenagem, sarjetas, caixas de drenagem e bueiros na extensão da rodovia, pois o pleno funcionamento destes dispositivos foram essenciais para permitir o fluxo contínuo das águas dos arriolos e córregos, principalmente nos períodos com índices pluviométricos altos. Deu-se seqüência em 2005 a execução de estruturas de contenção e banquetas nos taludes ao longo do rodovia, com a finalidade de evitar a instabilidade de material natural e seu conseqüente escorregamento sobre a pista.

O site da Concessionária também serviu de meio de educação, através da página especial sobre meio ambiente, que indica os principais tipos de plantas nativas, áreas de preservação e ações desenvolvidas.

Na temporada 2005, a concessionária distribuiu através das cabines de pedágio 30 mil saquinhos para recolhimento de lixo em veículos. Além de informação ao vivo do tráfego, obras e tudo que possa interferir na movimentação do motorista, a Radiovia Free Way FM tem produzido conteúdo exclusivo voltado à educação no trânsito, saúde e educação ambiental. Neste último quesito, além de programas e vinhetas de longa duração, são produzidas ainda matérias pontuais, que entram no ar em determinada ocasião para marcar algum fato ou data. Alguns exemplos são o Programete de Educação Ambiental - Instituto Gaia (no ar), Matéria sobre prevenção da Dengue (verão 2005), Programete Meio Ambiente - viajar pode ser um bom momento para exercer a consciência ecológica (no ar), Matéria sobre incêndios na rodovia (verão 2005);

Continua

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA OSÓRIO-PORTO ALEGRE S/A
 BR 290 - Km 19 - Santo Antônio da Patrulha - RS
 Companhia Aberta - CVM nº 01759-0 de 11.08.98
 CNPJ 01.654.604/0001-14 - NIRE 433.000.352.21
 www.concepa.com.br



Programete cuidado com animais - como se comportar no caso de encontrar um animal na pista (produzido em agosto de 2005 - no ar); Matéria sobre Neveiro (foi ao ar em julho de 2005); Programete Nebliha - como se comportar em caso de neblina forte (produzido em agosto de 2005 - no ar); Programete Delta do Jacuí (produzido em agosto de 2005 - no ar).

Recursos Humanos

Acreditando que uma empresa é constituída primordialmente de pessoas e que o elemento humano é fator de extrema importância para seu bom desempenho, a Concepa investe na formação de seus funcionários. Para tanto, tem uma política de ajuda acadêmica, os funcionários têm a oportunidade de ingressar em curso superior, sendo que a ajudada empresa arca com um percentual nos custos referentes a esses estudos.

Em 2005, foram mantidos os investimentos nas atividades ligadas à área de Gestão de Pessoas, em parceria com empresas consultoras especializadas no setor. O trabalho visa a construção de um completo Plano de Carreira e Remuneração.

A Concepa investe na melhoria social de seus funcionários, disponibilizando

plano assistencial, buscando a melhoria contínua do ambiente organizacional. Adota, como política de contratação, preencher suas vagas com moradores dos municípios pertencentes a sua área de abrangência.

Governança Corporativa

A Concepa valoriza as práticas de Governança Corporativa com uma gestão profissionalizada e com uma auditoria independente, aplicando assíduos procedimentos de prestação de contas aos acionistas e investidores.

Em consonância com as boas práticas de Governança Corporativa e conforme disposições contidas na Instrução CVM no 381/03, a Companhia informa que os Auditores Independentes não prestaram qualquer outro tipo de serviço além dos serviços de auditoria.

Agradecimentos

A Concepa agradece aos Clientes, Prestadores de Serviços, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Acionistas, Representantes da Imprensa, Fornecedores, Instituições Financeiras e Parceiros Comerciais pela confiança e apoio

recebidos nesses nove anos de operação.

Especialmente à comunidade gaúcha, pela credibilidade depositada na concessionária, propulsora do trabalho que vem sendo desenvolvido em prol da segurança e conforto de todos que trafegam pelo trecho concedido da BR 290, entre Osório e Guaíba.

Aos nossos funcionários, por mais um ano de trabalho dedicado à Companhia.

Demonstrações Financeiras

A seguir, a Companhia apresenta as demonstrações financeiras auditadas recentemente ao exercício de 2005.

BALANÇO PATRIMONIAL
 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 (Em milhares de reais)

| | ATIVO | | PASSIVO | |
|-----------------------------------|----------------|--------------------------|---------|--------------------------|
| | 2005 | 2004 (Reclassificado) | 2005 | 2004 (Reclassificado) |
| Circulante | | | | |
| Disponibilidades | 1.372 | 1.206 | 5.048 | 5.728 |
| Aplicações financeiras | 159 | 159 | 50 | 13 |
| Contas a receber de clientes | 750 | 454 | 10.831 | 6.874 |
| Impostos a recuperar | 377 | 516 | 25.992 | 25.915 |
| Impostos diferidos | 802 | 935 | 935 | 917 |
| Outros créditos | 38 | 32 | 1.237 | 1.703 |
| Despesas dos exercícios seguintes | 1.763 | 1.719 | 606 | 420 |
| Total do circulante | 5.261 | 4.086 | 375 | - |
| | | | 16 | 10 |
| Realizável a longo prazo | | | 45.090 | 41.580 |
| Impostos diferidos | 1.174 | - | | |
| Outros créditos | 149 | 200 | | |
| Despesas dos exercícios seguintes | 3.418 | 2.998 | | |
| Total do realizável a longo prazo | 4.741 | 3.198 | | |
| Permanente | | | | |
| Imobilizado - líquido | 177.956 | 174.792 | | |
| Diferido | 275 | 275 | | |
| Total do ativo permanente | 178.231 | 175.067 | | |
| TOTAL | 188.233 | 182.351 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, da RODOVIA BR-290/RS, no trecho OSÓRIO-PORTO ALEGRE, entroncamento BR-116 (entrada para Guaíba) e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, posteriormente substituído pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT, nos termos dos Editais nº. 0292/93-00 (Fase I), 0292/93-00 (Fase II) e 0292/93-00 (Fase III) - contratos de concessões - com prazo fixado de 20 (vinte) anos a partir de 4 de julho de 1997, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar altos investimentos nos primeiros dez anos da concessão. Estes investimentos estão sendo financiados pelas receitas de pedágio recebidas à vista, financiamentos de curto e longo prazos e aporte de capital dos acionistas. Durante o exercício de 2006 o endividamento de curto prazo será equalizado através de aportes de capital dos acionistas, aumento da receita com arrecadação de pedágio com previsão de faturamento anual de R\$ 90.000, receitas de comercialização, além da manutenção dos contratos de financiamento de curto e longo prazo junto a instituições financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis previstas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76, Lei 9.457/97 e Lei 10.303/01) e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em atendimento à deliberação CVM nº. 488 de 03 de outubro de 2005, foram efetuadas certas reclassificações no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2004 para tornar os saldos de contas a receber de clientes, outros créditos, impostos a recuperar e obrigações fiscais comparáveis com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2005.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Aplicações financeiras

Estão registradas aos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

b. Despesas dos exercícios seguintes

Referem-se a prêmios de seguros e despesas com a colocação de debêntures e são contabilizadas pelos custos incorridos, sendo amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de seguros e pelo prazo de vencimento das debêntures.

c. Ativo imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, sendo os bens relacionados ao objeto da concessão ajustados a valor de mercado por reavaliação realizada para a data-base de 31 de dezembro de 2003, suportada por laudo técnico elaborado por empresa especializada.

As taxas de depreciação do imobilizado foram estabelecidas considerando-se a vida útil econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão. No final desse prazo, conforme previsto no respectivo contrato, o ativo imobilizado, que estará totalmente depreciado, ficará em poder do órgão concedente.

d. Ativo diferido

O diferido está demonstrado aos valores de custo e refere-se a gastos com estudos e projetos. Os estudos e projetos serão amortizados a partir de sua implantação.

e. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

f. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São demonstrados pelos valores pactuados, acrescidos dos encargos contratados, reconhecidos pelo regime de competência até a data do balanço.

g. Resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

h. Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferido, são provisionados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação tributária em vigor e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de cada exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela administração.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

| | 2005 | 2004 |
|-------------------------|------------|------------|
| Título de capitalização | 141 | 144 |
| Outros | 18 | 15 |
| | 159 | 159 |

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

| | 2005 | 2004 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Imposto de renda retido na fonte | 348 | 420 |
| ISSQN a compensar | 27 | 96 |
| Outros impostos a recuperar | 2 | - |
| | 377 | 516 |

6. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

| | 2005 | | 2004 | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| Prêmio de seguros a apropriar | 250 | - | 267 | - |
| Gastos com a colocação de debêntures | 1.513 | 3.418 | 1.452 | 2.998 |
| | 1.763 | 3.418 | 1.719 | 2.998 |

As despesas do exercício seguinte, no ativo circulante, contemplam prêmios pagos sobre apólices de seguros da rodovia, de veículos e de prédios, apropriadas mensalmente ao resultado, em função do prazo de vigência de 12 meses. No ativo circulante e no realizável a longo prazo, também contemplam os gastos com colocação da 1ª e 2ª emissão de debêntures no mercado, os quais estão sendo amortizados pelo prazo de vencimento das debêntures, ou seja, 109 meses.

7. IMOBILIZADO

| | Taxas anuais de depreciação | 2005 | | | 2004 | |
|------------------------------------|-----------------------------|--------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| | | Custo de aquisição | Valor da reavaliação | Depreciação acumulada | Imobilizado líquido | Imobilizado líquido |
| Edificações | 5 a 8,68% | 6.181 | - | 2.176 | 4.005 | 4.252 |
| Máquinas, equipamentos e aparelhos | 10% | 7.280 | - | 848 | 6.432 | 817 |
| Móveis e utensílios | 10% | 3.585 | - | 640 | 2.944 | 866 |
| Computadores e periféricos | 20% | 1.594 | - | 713 | 882 | 670 |
| Implantação dos sistemas | 25% | 3.208 | - | 2.831 | 377 | 403 |
| Pavimentos | 5 a 8,15% | 55.518 | 24.701 | 32.903 | 47.316 | 66.362 |
| Canteiro central de domínio | 25% | 356 | - | 353 | 3 | 5 |
| Obras de arte especiais | 5 a 8,15% | 2.373 | 402 | 733 | 2.042 | 4.111 |
| Elementos de proteção e segurança | 25% | 4.214 | 1.860 | 4.573 | 1.501 | 2.180 |
| Ampliação da rodovia | 5 a 25% | 104.070 | 38.847 | 31.645 | 111.272 | 72.967 |
| Outras imobilizações | 5 a 25% | 341 | - | 47 | 294 | - |
| Imobilizado em andamento | - | - | - | - | - | 21.747 |
| Marcas e patentes, meio ambiente | - | 636 | - | - | 636 | 412 |
| Sistemas de monitoração | 20% | 290 | - | 38 | 253 | - |
| Totais | | 189.646 | 65.810 | 77.500 | 177.956 | 174.792 |

A Companhia, de forma voluntária, realizou reavaliação de parte dos bens registrados no ativo permanente.

A reavaliação foi realizada pela empresa independente Mynarski, nomeada em 15 de dezembro de 2003 por Assembleia Geral Extraordinária. O laudo, fundamentado com critérios de avaliação e elementos de comparação adotados, foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2003.

O resultado da reavaliação, no valor de R\$ 65.810, foi incorporado ao ativo reavaliado correspondente, com contrapartida em conta de reserva de reavaliação no Patrimônio Líquido. A realização da referida reserva ocorre na mesma proporção das baixas por depreciação, amortização ou alienação dos bens que a geraram. O reconhecimento dos impostos incidentes foi feito a débito de conta retificadora da reserva de reavaliação no Patrimônio Líquido e a crédito de impostos diferidos, no Exigível a Longo Prazo.

Em 31 de dezembro de 2005 o saldo da reserva de reavaliação, líquida da correspondente depreciação acumulada é de R\$ 36.575 (R\$ 40.005 em 2004).

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| | 2005 | | 2004 | |
|------------------------------------|---------------|--------------|--------------|-------------|
| | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| Conta garantida | 7.907 | - | 5.345 | - |
| Financiamento - Imobilizado | 2.180 | 5.053 | 172 | 135 |
| Capital de giro Banrisul (Compror) | 744 | - | 1.357 | - |
| | 10.831 | 5.053 | 6.874 | 135 |

Sobre os montantes em conta garantia incidem juros entre 0,5% a 1,1% ao mês acima da variação do CDI.

Sobre o financiamento para aquisição de imobilizado incidem juros mensais de 1,69% até 1,75%. Como garantia, existem notas promissórias.

Também como financiamento de imobilizado em agosto de 2005, a Companhia firmou com a Caterpillar Financeira S/A uma cédula de crédito comercial para financiamento de equipamentos que serão utilizados nas operações da rodovia. Sobre o referido financiamento incidem juros de 8,50% ao ano, acima da T.JLP. A amortização do principal será em 54 parcelas mensais e consecutivas a partir de 17 de abril de 2006. O financiamento está garantido pelos próprios bens objeto da operação.

O financiamento de capital de giro (compror), operação de liquidação de duplicatas de compras, refere-se ao contrato efetuado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, sobre o qual incidem juros que variam entre 1,90% a 2,30% ao mês.

9. EMISSÃO DE DEBÊNTURES

A Companhia efetuou 2 (duas) emissões de Debêntures, a saber:

a) 1ª Emissão:

São 78.000 debêntures públicas nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 1º de junho de 1998, com 03 anos de carência do principal e vencimentos em sete parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em setembro de 2007.

As debêntures são atualizadas pela variação do IGP-M e recebem uma remuneração variável mensal equivalente a 3% da receita operacional mensal bruta da Companhia e uma remuneração fixa à taxa de juros equivalente a 14% a.a., sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação, sendo a remuneração paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de apuração.

Em 07 de outubro de 2005, foi paga a quinta das sete parcelas da amortização das debêntures públicas referente à 1ª emissão da Companhia registradas no CETIP sob código CNCP12. O valor total da amortização foi de R\$ 24.947 ou R\$ 0,31984 para cada uma das 78.000 debêntures em circulação até setembro de 2005.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, é constituída a partir de janeiro de cada ano, uma reserva de caixa, equivalente a 30% da receita diária do pedágio, até o limite do valor correspondente à parcela de amortização devida no último dia do mês imediatamente anterior. Estes recursos ficam aplicados em conta de investimentos específica até a data de cada amortização. Em 31 de dezembro de 2005 não havia saldo nesta reserva já que a parcela da amortização anual foi paga em 7 de outubro de 2005.

Em 31 de dezembro de 2005 encontram-se em circulação 78.000 debêntures, cujo valor atualizado pela variação do IGPM e juros, totaliza R\$ 51.762 (R\$ 76.715 em 2004), sendo R\$ 25.992 (R\$ 25.915 em 2004) no curto prazo e R\$ 25.770 (R\$ 50.800 em 2004) no longo prazo.

b) 2ª Emissão:

São 20.000 debêntures públicas nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 1º de abril de 2004, com 5 anos de carência do principal e vencimentos em duas parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 1º de abril de 2010.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 (Em milhares de reais)

| | 2005 | 2004 |
|--|----------------|---------------|
| Receita operacional bruta | | |
| Arrecadação de pedágio | 76.919 | 70.325 |
| Deduções da receita bruta | | |
| Impostos sobre o lucro | (6.622) | (8.165) |
| Total do custo dos serviços prestados | 70.297 | 62.160 |
| Receita operacional líquida | | |
| Custo dos serviços prestados | (30.698) | (16.433) |
| Depreciação | (10.823) | (10.715) |
| Depreciação da reavaliação de ativos | (6.197) | (5.197) |
| Total do custo dos serviços prestados | (46.718) | (32.345) |
| Lucro bruto | 23.579 | 29.815 |
| Receitas (despesas) operacionais | | |
| Despesas gerais e administrativas | (7.159) | (6.138) |
| Depreciação | (202) | (160) |
| Receitas financeiras | 2.105 | 3.024 |
| Despesas financeiras | (19.834) | (25.984) |
| Remuneração dos administradores | (909) | (799) |
| Outras receitas | 1.220 | 1.171 |
| Total das despesas operacionais - líquidas | (24.779) | (28.886) |
| Lucro (prejuízo) operacional | (1.200) | 929 |
| Resultado não operacional | 52 | 53 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de Renda e da contribuição social | (1.148) | 982 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | | |
| Corrente | (1.017) | (1.500) |
| Diferido | 3.743 | 1.767 |
| | 2.726 | 267 |
| Lucro líquido do exercício | 1.578 | 1.249 |
| Lucro líquido do exercício por Ação do capital - R\$ | 0,046 | 0,041 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004 (Em milhares de reais)

| | 2005 | 2004 |
|---|----------------|-----------------|
| Origens de recursos | | |
| Das operações: | | |
| Lucro líquido do exercício | 1.578 | 1.249 |
| Itens que não representam efetiva movimentação de recursos: | | |
| Variações monetárias do exigível à longo prazo | 230 | - |
| Impostos diferidos no longo prazo | (1.174) | - |
| Total das operações | 16.222 | 16.072 |
| Recursos de acionistas e terceiros: | | |
| Aumento de capital em dinheiro | 150 | 2.286 |
| Aumento de capital com cessão de créditos | 3.420 | 714 |
| Aumento no realizável a longo prazo | - | 2.872 |
| Total das origens | 20.426 | 23.193 |
| Aplicações de recursos | | |
| No realizável a longo prazo | 369 | - |
| Aplicações no imobilizado | 19.386 | 18.222 |
| Redução do exigível a longo prazo | 2.631 | 21.098 |
| Dividendos propostos | 375 | - |
| Total das aplicações | 22.761 | 39.320 |
| Aumento da deficiência do capital circulante líquido | (2.335) | (16.127) |
| Representado por: | | |
| Ativo circulante | | |
| No final do exercício | 5.261 | 4.086 |
| No início do exercício | 4.086 | 12.805 |
| Aumento (diminuição) | 1.175 | (8.719) |
| Passivo circulante | | |
| No final do exercício | 45.090 | 41.580 |
| No início do exercício | 41.580 | 34.172 |
| Aumento | 3.510 | 7.408 |
| Aumento da deficiência do capital circulante líquido | (2.335) | (16.127) |

As debêntures são atualizadas pela variação do IGP-M e recebem uma remuneração fixa, paga mensalmente, à taxa de juros equivalente a 10,5% a.a., sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação.

Em 31 de dezembro de 2005 encontram-se em circulação 17.964 debêntures (114 em 2004), cujo valor atualizado pela variação do IGP-M e juros, totaliza R\$ 19.989 no longo prazo (R\$ 125 em 2004).

Para amortização mensal dos juros, de acordo com a escritura, é constituída uma reserva mensal de caixa proveniente da receita com arrecadação do pedágio, até o limite do valor equivalente à totalidade dos juros a serem pagos no respectivo mês.

10. FORNECEDORES

| | 2005 | 2004 |
|---|--------------|--------------|
| Petrobrás Distribuidora S.A. | - | 1.842 |
| Enseg Serv. de Engenharia e Segurança Ltda. | 342 | 330 |
| Greca Distribuidora S.A. | 2.481 | 1.473 |
| Unibanco Aig Seguros | - | 266 |
| Helmut Mauel do Brasil Indústria e Comércio Ltda. | - | 149 |
| Comercial do Porto Materiais de Constr. Ltda. | - | 99 |
| Sinarodo Sinalizadora Rod. Ltda. | - | 44 |
| Tesc Indústria e Comércio S.A. | - | 38 |
| Ipiranga Asfaltos S.A. | 49 | - |
| Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT | 305 | 277 |
| Barrisul Serviços | 57 | - |
| Gutierrez Comércio de Combustível | 176 | - |
| Jacuí Comércio de Combustível Ltda. | 60 | - |
| Outros Fornecedores | 1.578 | 1.210 |
| TOTAL | 5.048 | 5.728 |

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro, o saldo de fornecedores partes relacionadas estava composto como segue:

| Empresas | Serviços | 2005 | 2004 |
|---|---------------------------------------|-----------|-----------|
| Consórcio Construtor TRS SBS - Engenharia e Construções Ltda. | Investimentos em ampliação na rodovia | 43 | 6 |
| | Investimentos em ampliação na rodovia | 7 | 7 |
| | | <u>50</u> | <u>13</u> |

Os créditos e obrigações com empresas ligadas são originários de operações de prestação de serviços, para recuperação, manutenção, conservação e ampliação da rodovia, e foram gerados, quanto a prazos, encargos e garantias, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de prestação de serviços. Os preços e quantidades de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, e todas as obras são fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

O montante total de investimentos e de custos incorridos com conservação e manutenção da rodovia no exercício findo em 31 de dezembro de 2005 junto ao Consórcio Construtor TRS foi de R\$ 27.516 (R\$ 15.408 em 2004).

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

| | 2005 | | 2004 | |
|---|--------------|-------------|--------------|-------------|
| | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| ICMS a pagar | 2 | - | 7 | - |
| Imposto de renda retido na fonte | 35 | - | 43 | - |
| INSS a pagar | 16 | - | 11 | - |
| Imposto s/ serviço de qualquer natureza | 762 | 79 | 1.002 | 371 |
| Contribuição Social s/ lucro | 26 | - | 404 | - |
| Imposto de renda Pessoa Jurídica | 55 | - | 1.096 | - |
| Retenções na Fonte - PIS/CONFIS/CSLL | 5 | - | 2 | - |
| Cofins a pagar | 276 | - | 231 | - |
| PIS a pagar | 60 | - | 50 | - |
| TOTAL | 1.237 | 79 | 2.846 | 371 |

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito em 31 de dezembro, que pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no país, está composto de 11.374.694 (10.184.694 em 2004) ações ordinárias e 22.749.370 (20.369.370 em 2004) ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos, no mínimo, 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Em 31 de março de 2005 foram subscritas 3.570.000 ações, as quais já se encontram totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração da Companhia, conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas datada em 30 de abril de 2004, possui autorização para aumentar seu capital social até R\$ 40.000.

O capital social em 31 de dezembro de 2005 está composto conforme demonstrativo:

| | Ações | | | % |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | |
| Triunfo Participantes e Investimentos S.A. | 7.962.280 | 15.924.559 | 23.886.839 | 70 |
| SBS Engenharia e Construções Ltda. | 3.412.406 | 6.824.811 | 10.237.217 | 30 |
| Benedicto W. do Nascimento Júnior | 1 | - | 1 | |
| Wilson Piovezan | 1 | - | 1 | |
| Miguel Ferreira de Aguiar | 1 | - | 1 | |
| João Villar Garcia | 1 | - | 1 | |
| Luiz Fernando Wolff de Carvalho | 1 | - | 1 | |
| Antonio José M. da Fonseca de Queiroz | 1 | - | 1 | |
| Osní Antonio Burkhart | 1 | - | 1 | |
| Nelson Sperb Neto | 1 | - | 1 | |
| TOTAL | 11.374.694 | 22.749.370 | 34.124.064 | 100 |

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das

Sociedades por Ações. De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

O cálculo dos dividendos propostos está assim representado:

| | 2005 |
|---|------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.578 |
| Reserva legal constituída - 5% | (79) |
| Lucro líquido ajustado | 1.499 |
| % de destinação do dividendo mínimo obrigatório | 25% |
| Dividendo mínimo obrigatório proposto | <u>375</u> |
| Dividendo - ações ordinárias (R\$ 0,010 por lote de mil ações ordinárias) | 117 |
| Dividendo - ações preferenciais (R\$ 0,010 por lote de mil ações preferenciais) | 258 |

Os dividendos propostos foram registrados no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

Do saldo remanescente de lucros acumulados, após destinação para a reserva legal, proposta de distribuição de dividendos e destinação para reserva estatutária, está sendo constituída uma reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 2.200 visando principalmente, atender os planos de investimentos da Companhia nos próximos exercícios.

14. PREJUÍZO FISCAL E BASE NEGATIVA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2005 a Companhia possuía R\$ 5.811 (R\$ 7.121 em 2004) de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Os prejuízos fiscais a compensar não têm prescrição e podem ser compensados com resultados tributáveis futuros. A legislação fiscal do imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e ajustado conforme a legislação fiscal.

A Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2005, aprovou estudo técnico apresentado pela Diretoria Executiva e autorizou o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, por considerar a Companhia enquadrada nas disposições contidas na Resolução CFC nº. 998/04, Deliberação CVM nº. 273/98 e na Instrução CVM nº. 371/02, que dispõe sobre o tema.

Atendendo à obrigatoriedade de divulgação em nota explicativa prevista nos incisos I, II e III do artigo 7º da Instrução CVM nº. 371/02, tem-se que: (i) o estudo apresentado demonstra a ocorrência de lucro fiscal futuro que permite a realização do ativo fiscal diferido até o encerramento do exercício fiscal de 2007.

As movimentações em 2005 dos saldos de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social foram como segue:

| | 2005 | |
|---|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social |
| Saldo prejuízo tributário em 31 de dezembro de 2004 | 7.121 | 7.121 |
| Compensações em 2005 | (1.310) | (1.310) |
| Saldo prejuízo tributário a compensar em 31 de dezembro de 2005 | 5.811 | 5.811 |
| Alíquotas vigentes | 25% | 9% |
| Créditos fiscais contabilizados | 1.453 | 523 |
| Curto prazo | 590 | 212 |
| Longo prazo | 863 | 311 |

Em 31 de dezembro de 2005, permanecia registrado contabilmente no ativo o total de R\$ 1.976, sendo R\$ 802 no curto prazo e R\$ 1.174 no longo prazo.

Conforme determina a Deliberação CVM 371/02, a expectativa de realização do ativo fiscal diferido para os próximos exercícios será conforme estimativa abaixo:

| Descrição | Amortização |
|---|-------------|
| Saldo crédito fiscal diferido em 31 de dezembro de 2005 | 1.976 |
| Compensações em 2006 | (802) |
| Compensações em 2007 | (1.174) |
| | <u>-</u> |

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado têm a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 |
|--|--------------|------------|
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | (1.148) | 982 |
| Alíquota nominal (IR de 25% e CS de 9%) | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais | 390 | (334) |
| Efeito dos impostos sobre: | | |
| Despesas não dedutíveis, líquidas | (109) | (76) |
| Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores | 2.421 | - |
| Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no exercício - 30% | - | 653 |
| Parcela isenta do adicional de imposto de renda | 24 | 24 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | <u>2.726</u> | <u>267</u> |
| Corrente | (1.017) | (1.500) |
| Diferido | 3.743 | 1.767 |

16. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O conselho de administração é composto por três membros, e cada um possui uma ação ordinária. Os membros da diretoria executiva não possuem ações ordinárias ou preferenciais.

Não existe na Companhia um plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva.

O valor dos honorários pagos a diretoria executiva até 31 de dezembro de 2005 foi de R\$ 909 (R\$ 799 em 2004).

17. SEGUROS

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras. As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes para cobrir os

riscos inerentes ao seu negócio, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionado:

| | Valor da importância segurada | Prazo de vigência |
|--|-------------------------------|-------------------|
| Riscos patrimoniais - frota veículos/caminhões | 100% tabela FIPE | Jan/05 a Jan/06 |
| Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento | 20.923 | Set/05 a Set/06 |
| Garantia de execução da concessão | 9.598 | Jan/05 a Jan/06 |

18. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora de plano de suplementação da aposentadoria dos empregados e dirigentes, denominado Plano de Previdência CONCEPA e administrado pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social PETROS.

O plano mantido pela Companhia foi iniciado em dezembro de 2000, sendo do tipo "contribuição definida", portanto, o nível de suplementação de aposentadoria para os participantes é consequência das contribuições, dos rendimentos do fundo e de outras variáveis como índices de reajuste salarial e progresso na carreira profissional dos participantes.

As contribuições da Companhia pagas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 atingiram o montante de R\$ 15 (R\$ 15 em 2004).

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não atua no mercado de derivativos. Exceto quanto a debêntures, para as quais não há um volume significativo de transações num mercado secundário, de forma a caracterizar uma avaliação de mercado, os valores contábeis dos ativos e demais passivos financeiros correspondem substancialmente aos seus valores estimados de mercado.

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

a) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui dívidas atreladas a variações cambiais.

b) Risco de crédito

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista e pagamentos antecipados em casos de venda a grandes clientes.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária nas 3 (três) praças de pedágio cobrada é regulada pelo poder concedente que é ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em 23,99% de TIR (Taxa Interna de Retorno).

d) Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia.

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria é plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. - CONCEPA
Porto Alegre - RS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. - CONCEPA, levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. - CONCEPA em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria, em 14 de janeiro de 2005, sem ressalvas.

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2006

Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº. 1 SP 088.438/O-9/S/RS
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 11.609/S/RS